

SOCIABILIDADES MUNDANAS EM LISBOA

PARTIDAS E ASSEMBLEIAS, C. 1760 - 1834

Maria Alexandre Lousada

CEG / Departamento de Geografia da Faculdade de Letras,
Universidade de Lisboa

«Ha cousa mais bella do que a sociedade, e a boa convivência?».

Novo Papel Gracioso intitulado A Grande Contenda, que teve a Mulher com o Marido..., Lisboa, 1792, p. 10.

No último quartel do século XVIII tornou-se moda receber em casa, organizar pequenas reuniões ou grandes festas conforme as posses e a ocasião. Nessas funções, assembleias, ou partidas caseiras tomava-se o inevitável chá, recitavam-se poesias, tocava-se alguma modinha brasileira ou uma peça de música erudita, cantava-se uma ária de ópera, jogava-se às cartas e, obviamente, conversava-se. A literatura da época reflecte abundantemente a existência desta prática e insiste na sua novidade. Os livros de viagens e as memórias de estrangeiros que passaram por Lisboa ou aqui se fixaram retratam-na, com raras excepções, como um hábito novo da nobreza portuguesa. A poesia e a literatura de cordel satirizam a sua adopção pelas classes médias. O abade Correia da Serra sintetizou lapidarmente a mudança ao escrever em 1781 que, após o terramoto, «les gents [...] se sont accoutumées à la vie sociale et ont quitté en partie le genre de vie un peu moresque de nos ancêtres»¹.

Está-se perante um fenómeno novo, o do surgimento de um padrão de sociabilidade que se inscreve nos processos de privatização e de separação das culturas popular e de elite ocorridos nas sociedades europeias entre os séculos XVI e XVIII². Durante este último século, em particular na segunda metade, emergiram e afirmaram-se em meio urbano novas práticas e novos espaços de sociabilidade que concorreram com – e substituíram – os da sociabilidade de corte, de vizinhança, de trabalho, de cariz religioso, etc. Os salões, as assembleias, os clubes e as sociedades, as lojas maçónicas, os cafés, os passeios públicos consti-

tuíram as novas formas de sociabilidade. Neste texto, a atenção recai apenas sobre as chamadas assembleias – quer sobre as privadas, essas reuniões alargadas de familiares e amigos que se realizam no espaço doméstico, quer sobre as assembleias públicas, designação nacional dos primeiros clubes fundados à imagem e semelhança dos clubes ingleses. Dado que nos interessava identificar os mecanismos da sua construção social, as sociabilidades em questão não são encaradas como meros reflexos da estrutura social mas como processos de interacção social. Nesta perspectiva, importa sobretudo identificar os actores e os seus objectivos, as relações que estabelecem entre si e a morfologia das acções ou comportamentos desenvolvidos. A pesquisa centrou-se assim no processo de criação dessas novas práticas de sociabilidade, vistas enquanto produtoras de identidades e geradoras de comportamentos relativamente independentes do recrutamento social dos seus praticantes. Geograficamente, o estudo circunscreve-se a Lisboa, centro urbano privilegiado, tal como outras capitais europeias, para a análise destas novas formas e práticas de sociabilidade; temporalmente, fixa-se no período do seu nascimento o qual, até que novas investigações venham a infirmar, se situa entre o último quartel do século XVIII e 1834.

Uma ideia essencial deve ser retida, antes de continuarmos: o grupo dos convidados dos salões, das assembleias e das partidas domésticas é sempre privado. Esta natureza privada dificulta o seu estudo. Como registou A. Daumard³ ao analisar aqueles que designa como os «salões discretos», o facto de se manterem na esfera da vida privada fez com que não tivessem sido objecto de inquéritos administrativos ou vigilância policial regular. A situação é idêntica no que diz respeito às assembleias e funções lisboetas, que estão praticamente ausentes dos registos policiais. As excepções reportam-se quase em exclusivo às situações decorrentes de denúncia sobre supostas actividades políticas (e pouco mais é dito), ou aos pedidos de autorização para representações teatrais por parte de indivíduos não privilegiados. Temos, portanto, que nos confinar à referida literatura de cordel e poética e aos testemunhos individuais das pouquíssimas memórias disponíveis e da abundante literatura de viagens⁴.

1. *Assembleias particulares: salões e partidas.*

«As assembléas fervem por Lisboa,
Faz annos Dona Fúfia,
Dona Clara já canta, e Dona Gema
De séria a Mai figura, e de postema».

José Daniel Rodrigues da Costa, *Petas da Vida ou a Terceira Parte dos Ópios...*, Lisboa, 1788, p. 10.

A questão inicial que se coloca é a da definição do fenómeno salão, espaço e prática social novos. Numa acepção restrita, o fenómeno remete para o século XVIII francês e, em especial, para Paris. Aí nasceu essa nova forma de vida em sociedade⁵ que, juntamente com os cafés e a imprensa, constituiu o local de elaboração da esfera pública⁶, «o primeiro suporte da nova 'esfera pública literária' [...] emancipada da tutela curial e académica»⁷, uma verdadeira instituição produtora de opinião e de clientelas influente na vida política⁸. O processo de emancipação dos salões franceses foi atravessado por «lutas ferozes de distinção» e de controlo da vida intelectual⁹. O salão das Luzes era, além disso, palco de discussão política. O que fez a glória do salão francês de finais do século XVIII foi precisamente a mistura de uma sociabilidade político-cultural com uma sociabilidade mundana.

Após a Revolução, os salões conheceram um novo fôlego, mas a sua essência tinha mudado. O traço dominante passara a ser a sociabilidade mundana; a actividade cultural e política – quando existia – era sobretudo um ornamento, como A. Daumard constatou. Tornaram-se uma «forma arcaizante da vida de sociedade», vista como uma herança da tradição aristocrática de *Ancien Régime*, que se difundiu na escala social mantendo apenas os aspectos puramente mundanos: conversa espirituosa mas fútil, presença de poetas e artistas da moda, dança, música, jogo, comida sofisticada¹⁰. Noutras paragens, foi este o modelo de salão que vigorou, mesmo quando ainda não era dominante em França. Por exemplo, em Londres, o salão, que surgiu em 1750 e ganhou notoriedade nos anos 80, caracterizava-se pela «polite conversation and the patronage of letters»¹¹.

Quanto aos salões lisboetas – a terem existido na época em análise – tiveram muito poucas luzes e ainda menos política. De facto, a crer nos poucos testemunhos disponíveis, a discussão política esteve bastante ausente das assembleias lisboetas de fim de Setecentos e inícios de Oitocentos. Em Lisboa, as rivalidades entre os hipotéticos salões radicariam sobretudo em questões mais mundanas e frívolas, como a elegância dos frequentadores ou as diversões e a mesa oferecidas pelo anfitrião. O modelo do salão francês das Luzes pressupunha não apenas o encontro entre os homens de letras e os Grandes unidos pelo gosto comum da poesia, da conversa, do jogo, etc., mas implicava que os seus organizadores fossem, para além de mecenas ou protectores, verdadeiros letrados. Ora, salvo raras e conhecidas excepções (Lafões, Alorna) a aristocracia portuguesa de finais de Setecentos não parece ter constituído um público leitor muito activo. A subscrição das obras dos literatos (que estes agradeciam com poesias encomiásticas) ou a presença de poetas e arcádicos nas reuniões da nobreza (como o requisitado Caldas, arcádico e tocador de modinhas), tinha

mais a ver «com um estilo de *conspicuous consumption* [consumo visível] que com a leitura séria de um público interessado»¹². Quando os Marqueses de Angeja regressam a Lisboa em 1818, vindos do Brasil, «os bailes, o teatro e as partidas ao campo eram as suas ideias»¹³. Em rigor, até 1834 só se poderá falar de dois salões onde imperaria o «espírito das luzes» – o da marquesa de Alorna e o de Francisca Possolo. Sobre o primeiro, escreveu sintomaticamente o neto que «era excessivamente original», oferecendo as salas de Benfica «um espectáculo curioso»: poetas, legistas, elegantes, freiras, conversavam, cantavam cavatinas, tocavam viola, recitavam poesia!¹⁴. Outros saraus famosos da época, como o do morgado de Assentiz e o do conde de Sabugal, ao excluírem o elemento feminino, retiravam-lhes a mistura sexual que fazia também parte das características do salão das Luzes¹⁵.

No entanto, na Lisboa de finais de Setecentos, a vida das elites (aristocracia, grandes negociantes, magistrados) era já ritmada por relações mundanas, de carácter regular, cuja unidade de base era a sociabilidade proporcionada pela reunião na residência familiar. Somos assim remetidos para uma outra noção de salão, entendido este como local íntimo de reunião, cuja organização e manutenção depende dos donos da casa – e onde a mulher assume uma certa proeminência –, de frequência sexualmente mista, em que a conversa, a dança, a música, a poesia e o jogo constituem as principais actividades.

Aquilo que deve reter a nossa atenção é não apenas o facto de os Grandes praticarem então esta sociabilidade à margem da corte, mas também o facto de ter servido de modelo às classes médias¹⁶. A difusão do hábito de reunir em casa, a «moda das funções» como se ridiculariza na época, teve um papel civilizador, contribuindo para extirpar os «costumes mouriscos» de que falam Ratton e o já referido Correia da Serra. A sua apropriação por outros grupos sociais deu azo, aliás, às conhecidas caricaturas de literatos e poetas, com destaque para o Abade de Jazente, Correia Garção, Tolentino e José Daniel Rodrigues da Costa. Escrevia este último em 1788 que «as assembléas fervem por Lisboa»; e em 1805 satirizava as modas, os excessos de tafalaria e outras novidades neste tom: «Aqui são frequentes as partidas, principalmente de Inverno, onde concorrem Senhoras de estimáveis prendas; porque humas não sabem mais, que jogar, outras fallão, como papagaios, algumas cantão como cigarras, e muitas bailão o lundum, como uma carapeta»¹⁷.

De quando datam estes novos costumes? Os textos que os referem e retratam vêem-nos como uma consequência dos efeitos do terramoto, bem como da influência estrangeira. Do primeiro resultara uma ausência dos espaços tradicionais de sociabilidade, conduzindo à necessidade de criação de espaços alternativos sentida tanto ao nível dos Grandes como das classes médias, a que

não teria sido alheia uma necessidade psicológica de maior convívio provocada pelo sismo. Tanto neste domínio como noutros – urbanismo, teatro – o terramoto funcionou como momento de clivagem entre duas épocas¹⁸. Quanto aos estrangeiros – tropa e negociantes – a sua presença teria contribuído para a divulgação e, por mimetismo social, para a adopção dos novos comportamentos¹⁹.

No que diz respeito à nobreza, é habitual afirmar-se que o convívio regular, quer entre si quer em reuniões socialmente mais alargadas, constituía um costume novo introduzido pelos negociantes (e subsidiariamente pelos estrangeiros). A afirmação baseia-se, regra geral, na opinião de Ratton, que vale a pena recordar: «Esta família dos Cruzes [refere-se à família de José Francisco da Cruz], tão protegida pelo Marquez de Pombal, concorreu muito pelo seu valimento, para se introduzir entre as famílias do comércio, e pessoas limpas, huma certa sociabilidade e polidez, que dantes não havia, franqueando a sua casa ao concurso de famílias conhecidas, ou por outras palavras introduzindo o uso das partidas, que se foi estendendo a quasi todo o corpo do comércio, e à imitação deste às outras classes, o que tem contribuído muito [a] desterrar o resto de costumes mouriscos, que ainda se conservavam, e a pôr a nação ao nível das mais polidas da Europa; e nisto seguirão os Cruzes o exemplo do Marquez de Pombal, que promoveu a mesma sociabilidade na ordem superior»²⁰.

Repare-se que o que diz Ratton é que, tendo como exemplo o que se passava entre os «Grandes», devido à acção de Pombal, os Cruzes foram responsáveis pela difusão de novos códigos de civilidade e de novos modelos de sociabilidade entre os negociantes, que por seu turno também se foram difundindo em sentido socialmente descendente. Alguns outros testemunhos, por seu lado, contrapõem que, apesar do exemplo de Pombal referido por Ratton, este tipo de sociabilidade não estaria ainda difundido entre a aristocracia: «raramente os Grandes do Reino ofereciam banquetes, embora fossem frequentemente jantar a casa dos comerciantes opulentos ou na residência dos ministros estrangeiros»²¹, costume que, aliado à falta de casas de jogo e de amantes caras, lhes permitia, segundo o mesmo testemunho, viver com um rendimento relativamente parco. Em 1796, um outro estrangeiro, Carrère, tem a mesma opinião sobre os Grandes: «não têm qualquer representação, não oferecem banquetes, nunca dão festas e raramente recepções»²². Mas se lermos Costigan, Beckford ou Bombelles²³, a imagem transmitida é diversa. Atente-se sobretudo nas descrições que Bombelles faz das festas dadas por Grandes, algumas consideradas brilhantes pelo tão exigente embaixador em matéria de elegância²⁴.

A resposta encontra-se, à semelhança do que se passava em Madrid²⁵, no carácter privado e bastante exclusivo das sociabilidades da grande nobreza. As poucas sociabilidades públicas que integraram nos seus hábitos foram as idas às

assembleias públicas e aos teatros (Salitre, Rua dos Condes e S. Carlos); o passeio público e os cafés não eram considerados locais dignos da fidalguia. As famílias da grande nobreza conviviam entre si e os testemunhos disponíveis indicam que, pelo menos nos finais do século XVIII, haviam adoptado a prática de «assembleias» regulares ou, como escreveu o já referido Abade Correia da Serra, se tinham acostumado à vida social. Por outro lado, é necessário não esquecer que era mais fácil um Grande ir a casa de um opulento negociante, que este entrar no palácio de um nobre titulado cujo acesso se pretendia manter restrito aos do mesmo meio social. Quanto aos testemunhos de estrangeiros, atente-se que o próprio Carrère confessa não ser fácil um estrangeiro ser admitido em casa de portugueses²⁶.

De qualquer modo, a novidade não residia apenas na sociabilidade de salão, mas também no alargamento social do círculo de convívio. E aqui sim, à elite burguesa, em particular ao estrato superior da elite mercantil, coube um papel decisivo no alargamento desse círculo, através da criação e da difusão de novas formas de sociabilidade públicas e formais surgidas nos finais do século XVIII, a que não foram alheios a acção do marquês de Pombal, os efeitos do terramoto e a presença da comunidade britânica residente em Lisboa. Antes do sismo, Pombal abriu a plateia da Ópera do Tejo aos «Homens de negócio, conhecidos por tais, com cazas estabelecidas nesta Corte e Reino» e «Estrangeiros da mesma qualidade»²⁷. Em 1772, um grupo de negociantes constituiu uma «Sociedade estabelecida para a subsistência dos Teatros Públicos da Corte» e em 1793 esteve na base da criação do Teatro de S. Carlos. «Teatro da Corte para a burguesia», S. Carlos foi, segundo Mário Vieira de Carvalho²⁸, um investimento na sociabilidade. O seu público, para quem o teatro tinha uma função de prestígio e de divertimento, era maioritariamente aristocrático-burguês. Além disso, ainda nos finais do século XVIII, existiu um outro espaço público onde, com alguma regularidade, Grandes e negociantes se podiam encontrar. Referimo-nos à Assembleia Estrangeira (ou melhor às assembleias estrangeiras, como adiante se verá), já existente nos anos 60 de Setecentos. Em 1773, a crer em Twiss, os Ingleses davam aí, todos os invernos, dois grandes bailes com ceia, para os quais a nobreza portuguesa era convidada²⁹.

No processo social de criação e difusão desta nova sociabilidade um outro factor deve ser considerado: a saída da família real e de parte da Corte para o Brasil, que ao deixar vazios os espaços de sociabilidade curial frequentados pelos Grandes, terá contribuído para a consolidação dos novos espaços e das novas práticas de sociabilidade dos que ficaram e daqueles que foram regressando. De facto, foi sobretudo com a partida da Corte para o Brasil (1808), e em particular após a Revolução (1820), que se pode falar, ainda que dentro de certos limites,

da emergência de uma nova elite constituída por Grandes, burocratas, negociantes, militares e literatos, que em parte se construiu no quadro das relações geradas pelas novas sociabilidades. Para além de um certo limiar de riqueza que lhes dava acesso a determinados consumos, aquilo que os unia, neste domínio, era um estilo de vida e um gosto cultural tendencialmente coincidentes, que se manifestavam na apreciação comum, por exemplo, da ópera italiana, do concerto, da partida de *whist*, etc. As memórias do Marquês de Fronteira são um testemunho exemplar do alargamento social das sociabilidades da aristocracia: «em casa do Marquez de Castelo Melhor e na do Marquez de Borba havia repetidos concertos de amadores. A aristocracia misturava-se com a democracia nestas ocasiões mas, apesar do bom acordo que havia entre as duas classes, parece-me que a desarmonia reinava entre os instrumentos»³⁰. Os locais frequentados pelo marquês durante os anos 20 do século XIX são uma prova desse alargamento e, simultaneamente, dos seus limites. Para além dos palácios das famílias aristocráticas com quem se relacionava, D. José Trazimundo deslocava-se à Assembleia Portuguesa, à Estrangeira e aos Teatros Públicos, em especial a S. Carlos. Só esporadicamente ia até alguma Casa de Pasto ou loja de bebidas. A grande nobreza conciliava assim a sua prática de relações sociais mais intensas e divertidas com a manutenção da diferença e do *status*.

A «mania» ou moda das funções, isto é, de receber amigos e conhecidos em casa, conquistara entretanto outros grupos sociais. Militares, médicos, letrados, pequenos funcionários e mesmo comerciantes³¹ passaram também a abrir as portas de suas casas, num processo de mimetismo social que tinha como referência as reuniões nobres e os hábitos da fidalguia:

Entendo, entendo: dizes que partida
Hoje em casa terás, ou assembleia.
Amigo Braz Carril, estas galhofas,
Jantares e merendas, são o fruto
Da reloucada teima de fidalga
Com que tua mulher sagaz te enloixa
Ou te embrulha na rede em que perneias.
Compaixão grande, compaixão me deves.
Partidas! Assembleia! Que mania!³².

Nas reuniões burguesas, a mulher aparece em primeiro plano. A iniciativa e a organização da festa pertence-lhe: pelo menos é esse o retrato pintado na literatura da época. Os tais costumes mouriscos que as mantinham em casa, confinadas à família, e que apenas autorizavam as saídas sob pretexto religioso,

começavam a ficar abalados. A crer nessa mesma literatura, o desejo de receber tornou-se, aliás, uma fonte de conflitos familiares³³. O maior protagonismo das mulheres, o desfrute de uma maior liberdade, não significava, no entanto, que elas estivessem mais presentes na rua³⁴. Tratava-se de uma vida social mais intensa, é certo, mas de qualquer modo confinada a determinados espaços, em especial privados, conforme ao modelo aristocrático.

As reuniões que têm vindo a ser referidas eram designadas por palavras diversas: função, assembleia, partida, sarau. Embora nos textos da época os vocábulos tendam a ser intermutáveis, certos elementos como os objectivos dominantes, a periodicidade, o espaço e a composição social permitem a identificação de diferentes géneros de reuniões.

Além dos saraus literário-musicais que se celebravam nas academias formais e que não serão aqui abordados, outros havia que decorriam em casas particulares. A diferença de espaço influenciava sobretudo os objectivos da reunião (dominância didáctica ou dominância mundana) e a sua periodicidade, mas não alterava significativamente a composição social da assistência³⁵.

As assembleias, partidas e funções distinguiam-se dos saraus literário-musicais por uma maior informalidade e, sobretudo, pelo facto de o seu objectivo dominante ser o divertimento. Embora fosse de bom tom ter na reunião um poeta, se possível conhecido, que recitasse uns versos às damas presentes, as preocupações literárias estavam ausentes.

Para nos guiar nos diferentes géneros de assembleias que se realizavam em Lisboa sigamos as *Cartas sobre as Modas*³⁶, completando as suas informações com as dos autores coevos que temos vindo a citar.

Dependendo do objectivo, do local e da composição social, existiam três tipos de reuniões: as ordinárias, as extraordinárias e as de fanico. As primeiras eram as mais comuns. Tinham lugar na casa de morada habitual dos anfitriões, onde decorriam com assiduidade, num dia determinado da semana. Por exemplo, no palácio do Grilo, dos senhores das Ilhas Desertas (casa dos futuros condes de Taipa), o sábado era dia de partida. Estas assembleias começavam regra geral ao fim da tarde, prolongando-se pela noite dentro. As mais simples limitavam-se a uma merenda de chá, refrescos, torradas com manteiga, doces, etc., e ao jogo (*whist*, voltarete, loto e banca). Por volta da meia-noite os convidados retiravam-se, indo cada um cear para sua casa. Eram as partidas, que em 1799 Ruders considera semelhantes «às célebres tertúlias espanholas»³⁷. Outras incluíam música instrumental e vocal, declamações poéticas e dança ou baile. Nas casas mais ricas e prestigiadas encontravam-se músicos e cantores profissionais³⁸: as cantatas alternavam com as modinhas, o cravo com a guitarra; a fofa e o

fandango, ainda referidos por Beckford, foram ficando acantonados aos bailes populares, substituídos nas assembleias elegantes primeiro pelos minuets afandangados e o passapié e nos anos 20 do século XIX pelas contradanças francesas³⁹.

As assembleias extraordinárias eram as que se faziam nos dias de aniversário, de baptizado ou de comemorações similares. A celebração dos anos era vista pelos estrangeiros como um original costume nacional: «Ce pays est plus que tout autre celui des anniversaires; depuis la Reine jusqu'à la dernière femme du peuple, on se pare pour le jour de naissance du mari, des enfants, de la femme et des pères et mères»⁴⁰.

De acordo com as referidas *Cartas sobre as Modas*, estas assembleias começavam por volta das 5 horas da tarde e prolongavam-se para além da meia-noite. Nos meios aristocráticos acabavam de madrugada, como sucedeu na brilhante festa dada pelo conde de Pombeiro em Belas, em Julho de 1787, que terminou já depois das 4 horas da manhã⁴¹. Além de serem mais longas, estas assembleias distinguiam-se pelo cuidado particular posto na mesa; as comidas e as bebidas eram mais abundantes e requintadas, as mesas eram ornamentadas e dispostas com arte⁴². A festa incluía, além de duas refeições de bebidas e doces, uma ceia após a meia-noite, récitas de poemas em honra do homenageado, música, canto, baile e o inevitável jogo. Um outro traço distintivo destas assembleias consistia no facto de uma parte do tempo se passar ao ar livre – ou num simulacro de ar livre. Nas residências apalaçadas os convidados passeavam nos jardins, ornamentados para o evento, onde à noite era de bom tom dar um fogo de artifício. As classes médias, não dispendo de jardim, simulavam um no pátio ou no pequeno quintal das traseiras. Ouçamos de novo o nosso guia de 1789, agora a descrever o modo como os donos da casa aonde decorreu uma festa de anos solucionaram a falta de jardim: «Pelo que respeita ao jardim, e fontes, confesso que o fingimento de tudo me pareceu digno de louvor. Havia um pateo, ou pequeno quintal, e nele formou o dono da casa repentinamente o dito jardim, pondo-lhe flores, e ramos de algumas árvores, que estavam tão viçosas, que pareciam criadas no mesmo sítio. As fontes precediam de uns canos de chumbo, ou de folha de Flandres, os quaes tendo os seus princípios nas janelas do andar superior, ou águas furtadas recebiam as águas, que se lhes introduziam, e formavam os repuchos, e perspectivas que se viam»⁴³.

Estas assembleias extraordinárias eram normalmente conhecidas pelo nome de *função*⁴⁴, vocábulo que era também utilizado para designar certas festividades religiosas. Os dicionários da época definem-na, precisamente, como «festa, ou festim, em casa ou nos templos». Esta utilização deriva do sentido directo da

palavra – a função é o cumprimento de um dever religioso ou social, em que se comemora o dia do santo de devoção ou do aniversário.

A prática implicava despesas, traje adequado, trem e mobiliário. Se para as elites o problema era secundário – as despesas e as dívidas decorrentes da manutenção de um estilo de vida próprio do grupo faziam parte da sua lógica económica usual –, se para as classes populares o problema não se punha – tocava-se a gaita de foles e bailava-se na taberna, na rua ou na pequena casa⁴⁵ –, para as classes médias implicava o recurso a expedientes vários. Na arca, a roupa aguardava o dia da função, como sucedia ao colete de Nicolau Tolentino:

O conhecido colete
de bordadas guarnições,
encartado há longo tempo
em colete das funções⁴⁶.

Nem todas as casas dispunham dos objectos necessários ao êxito da assembleia. Caricatura ou não, é provável que o seu aluguer fosse prática comum, o que não poucas vezes redundaria em ruína. No drama «Assembleia ou Partida», Correia Garção apresenta-nos dois galegos transportando para a casa de Braz Carril os trastes considerados indispensáveis ao sucesso da reunião:

Braz – Onde mesas não há, não há cadeiras,
Colheres, castiçais, pratos, bandejas,
Querer dar assembleias e partidas,
É nadar sem bexigas.

Galego – Aqui, senhor, manda meu amo,
Senhor Jacob Bilhostre, o que se pede.
Vêm oito castiçais. Diz que tesoura
É traste que não tem, menos de prata;
Que virá a seus pés, como lhe ordena,
Que sempre estimará poder servi-lo.

Galego – Aqui manda o senhor Gaspar Picote
Açucareiro, bule e cafeteira
Com três dúzias de xícaras e pires;
Que sente não ter mais; e fica pronto
Para a Vossas Mercês servir em tudo⁴⁷.

Por fim, as assembleias do *fanico*⁴⁸. Ao contrário das anteriores não se desenrolavam a partir da reunião familiar nem tinham lugar em «casa de família». Passavam-se em casas «suspeitas», de prostituição, de jogo, de amantes e de

amigos libertinos. Na rua Augusta, em casa de Maria das Dores, «que se diz por conta do advogado Castilho», houve festim, dança e jogo, acompanhado de «chá e doce» no dia 30 de Abril de 1830. Aí se reuniram dezanove homens, entre negociantes, tenentes e alferes, empregados da administração central e ourives, que na companhia de nove mulheres e dois músicos contratados para o festim, passaram uma noite agradável até às 23 horas, quando a polícia, devido a denúncia, pôs fim à reunião⁴⁹. Fronteira também frequentou estes ambientes, pela mão do marquês de Angeja, o qual levava os amigos às casas de Mme Franconi (cantora no S. Carlos e sua amante), do bufo Piacentini, de Paganini (jogador), etc. Nelas organizava todas as semanas «saraus, concertos e belas ceias». As actividades eram semelhantes às das assembleias familiares e elegantes – música, canto, baile, jogo e comida –, mas o ambiente era em tudo diverso. Aí os jovens aristocratas fugiam ao controlo familiar, conviviam com a plebe e perdiam a pose e o dinheiro. Numa dessas reuniões, Angeja, «que vinha do enterro de uma parente, com o uniforme da Casa Real e uma grã-cruz», jogava os três-setes em cima numa arca com uma das belas da casa; noutras, cantava duetos cómicos com a Franconi⁵⁰. Por vezes perdiam-se de amores por uma prostituta ou uma atriz, e passavam noites sem ir a casa; nessas situações, a família intervinha e chegava a pedir auxílio ao Intendente da Polícia, como o fizeram a Condessa de S. Vicente e a Viscondessa de Vila Nova de Souto d'El Rei preocupadas com as estroinices dos filhos⁵¹. A Polícia chamava-lhes extravagantes, libertinos e dissipadores. Em 1831 o neto do Chanceler-mor António Gomes Ribeiro era considerado um dos primeiros desse grupo. Frequentava «escancaradamente as casas de moças de lascívia, mandando fazer jantares nas casas de pasto» e organizava correrias a Belas, onde ele e os amigos (D. Francisco de Melo, Fidié, etc.) se divertiam com as ditas mulheres⁵².

Embora com gradações diversas e diferenciações subtis, consoante o grupo social e a ocasião, as boas maneiras e a arte de receber são comuns a estas reuniões. A sociabilidade mundana traduz-se também num ambiente material específico, que deve ser propício à conversa, ao jogo, à dança, aos consumos alimentares. Estabelecem-se códigos de bem receber que estão associados com novas práticas sociais – com consumos de novos bens sejam eles o chá, o café, o chocolate, as porcelanas, as pratas e o mobiliário e com o exercício de aptidões para certos jogos para o canto, a música e a dança. O cuidado posto no arranjo do espaço e a necessidade de traje, móveis e louças adequados são, como se viu, realçados nos textos da época. Os inventários mostram que nas últimas décadas do século XVIII se difundiram entre a nobreza e os grupos urbanos de maior rendimento⁵³.

Mas não bastava o ambiente material. A frequência das assembleias exigia competências específicas, nomeadamente no domínio da música, do canto e da dança. No meio aristocrático sabemos, pela mão de Beckford, Bombelles ou Fronteira, que os saraus ou partidas musicais faziam parte do seu quotidiano: em casa dos Castelo Melhor e na do Marquês de Borba havia repetidos concertos de amadores, nas partidas semanais do Grilo encontravam-se «os primeiros talentos musicais de Lisboa e, muitas vezes se dançava até de madrugada»; em 1821, depois de casar, as partidas musicais nocturnas do jovem Fronteira alternavam com o teatro de S. Carlos, fosse na sua própria casa de Benfica, fosse na da condessa de Anadia⁵⁴. Senhoras como a marquesa de Valença e as condessas de Redondo e de Avintes cantavam árias italianas durante as assembleias aristocráticas do último quartel do século XVIII⁵⁵. Nessas reuniões, os amadores alternavam com os músicos profissionais, muitos deles professores dos filhos da casa, outros contratados apenas para os concertos. Domingos Bomtempo, por exemplo, tocou juntamente com os Jordanis e o rabeca Pinto Palma em vários concertos particulares, incluindo os do palácio do Grilo e os do palácio Fronteira. Balbi indica muitos outros, destacando a mulher do General Folque e o negociante Aires entre os cantores não profissionais «dotados de boa voz», o coronel João Evangelista Torriani, o capitão de cavalaria Filipe Neri e a filha do Visconde de Torre Bela ao piano, o oficial de marinha Nuno Folque, filho de Folque, na flauta, etc.⁵⁶.

A música e o canto, tal como a dança, faziam parte da educação das elites. Nobres, negociantes, altos burocratas e oficiais militares praticavam-nas com certa regularidade, chegando alguns a ser distintos amadores⁵⁷. Pode, portanto, falar-se de uma tradição de academias de músicos amadores nos círculos aristocráticos e burgueses, responsáveis pela divulgação do gosto pela música instrumental de câmara e de concerto (e do canto não popular).

A prática musical regular conquistou igualmente as classes médias. Um observador da vida musical portuguesa deste período afirma, aliás, que o gosto pela música aumentara⁵⁸. O piano iniciou a sua entrada triunfal como objecto *fétiche* e símbolo da educação mundana: entre cerca de 1809 e 1820, deu-se em Lisboa um aumento extraordinário do número de pianos, que teria passado de pouco mais de vinte a «certamente mais de 500»⁵⁹. O já nosso conhecido autor das *Cartas sobre as Modas* escrevia em 1789 que era moda as senhoras pedirem aos maridos um cravo, um professor de música... e outro de dança. Embora numa análise estritamente cultural a dança de salão tenha um significado diferente da música, a sua aprendizagem fazia parte da mesma educação mundana. Tal como sucedeu com a ópera e a música instrumental, foi também na segunda metade do século XVIII que essas danças deixaram o mundo fechado da corte e da

aristocracia. A difusão social é acompanhada por uma actividade editorial impressiva⁶⁰ e pela abertura de escolas de dança. Já não são apenas os jovens com entrada no Colégio dos Nobres, ou as famílias com recursos para disporem de um professor particular em casa, que podem aprender a dançar o minuete ou a contradança. Doravante, através da frequência de uma academia de dança, o capitão de mar e guerra Bento José Cardoso, o empregado na Ajuda João Guilherme de Moura, o oficial da intendência José Inácio de Melo ou os negociantes José Luís da Silva e Caetano Merca podem, eles e as suas famílias, «tomar lições» de dança⁶¹.

O aparecimento e a difusão destas academias-escolas de música e de dança, bem como do número de professores, é um sinal claro da procura neste domínio⁶². Simultaneamente espaços de sociabilidade e espaços de acesso a outras sociabilidades, aí se aprendiam algumas das boas maneiras e das competências indispensáveis à frequência dos novos espaços de sociabilidade mundana.

2. *Assembleias públicas.*

«... conhecendo a utilidade que rezulta ao Estado das associações destinadas para instrução, e honesto recreio dos individuos que nellas concorrem [...] sendo certo que semelhantes Estabelecimentos contribuem grandemente para unir, e civilizar as familias, offerecer aos Socios meios decentes de distracção, para intretimento daquellas horas que os mesmos homens laboriosos dedicão ao divertimento [...] temos de comum acordo formado nesta Capital huma Sociedade com o Titulo de *Assembléa Portugueza*...».

Novos Estatutos da Assembleia Portugueza.
Lisboa, M. P. Lacerda, 1822, p. 3 (preâmbulo).

Ao mesmo tempo que se difunde a prática das reuniões familiares alargadas a amigos próximos, acompanhando a vontade de «grandes e pequenos» em «gozar das sãs delícias, do suave prazer da companhia»⁶³, surgem os primeiros espaços públicos de sociabilidade mundana que alargam o seu círculo e a retiram do espaço doméstico. São os clubes, designados nesta época em Lisboa por Assembleias.

Antes, porém, de sobre elas nos debruçarmos, façamos uma curta incursão por esse outro espaço e momento de sociabilidade surgido no mesmo período, menos institucionalizado e efémero mas não menos significativo no processo de construção das novas sociabilidades. Referimo-nos à prática de concertos públi-

cos nos finais do século XVIII, prática ainda incipiente e que se insere no contexto anteriormente esboçado. Manuel Carlos de Brito chamou a atenção para o facto e estabeleceu uma lista dos primeiros concertos públicos, demonstrando que essa nova forma de sociabilidade não estava ausente de Lisboa e que fora quase certamente introduzida pela colónia estrangeira residente na capital⁶⁴. Trata-se de concertos que tinham lugar fora do espaço doméstico e cuja entrada era paga. Para além dos que se realizavam nos teatros públicos (Rua dos Condes, Salitre, S. Carlos), outros houve em casas alugadas para o efeito ou nas assembleias públicas que surgiram nesta época em Lisboa. Significa que por um lado se difundira entre certos grupos o hábito de escutar música instrumental e vocal, hábito estreitamente relacionado com as assembleias ou reuniões privadas acima descritas nas quais músicos profissionais e amadores participavam, e que, por outro lado, nascia um espaço intermédio, um espaço público privatizado (a futura sala de concertos), mais alargado e liberto da organização doméstica, onde grupos de amigos que se frequentam abrem o seu círculo de convívio ao exterior, embora a um exterior limitado.

Fora das Assembleias Estrangeiras – talvez o primeiro local onde se realizaram concertos públicos de música instrumental, destinados à comunidade britânica de Lisboa, e que serão abordadas em seguida – a primeira tentativa de organizar concertos públicos parece ter tido lugar em 1784, ou talvez mesmo em ano anterior. Naquela data, Carlos Pozzi requereu licença à IGP para voltar a «dar ao Publico por dinheiro huma Assembleia de Muzica», numa casa a Santo Amaro, onde vivera o conde da Ponte⁶⁵. A habitual desconfiança do Intendente para com tudo o que implicasse reuniões públicas promovidas por particulares e não vigiadas pela Polícia, levou-o a ordenar ao ministro do Bairro que assistisse ao primeiro concerto «para evitar qualquer insulto, que podesse acontecer». Não sabemos como se passou esse concerto, que foi provavelmente pacífico, dado não haver qualquer notícia acerca da sua realização, nem mesmo nos papéis da zelosa IGP. De qualquer modo, Manique opôs-se à sua continuação por «não querer ficar responsável pelas desordens, e consequências que às vezes se originam destes ajuntamentos». Nos anos seguintes, os raros concertos públicos (instrumentais e vocais) organizados por particulares nunca tiveram um carácter regular. Após algumas tentativas falhadas⁶⁶, a soprano italiana Teresa Bertinotti e o seu marido (o violinista Radicati) deram uma série de concertos semanais em sua casa, por subscrição, durante o inverno de 1814⁶⁷. Até 1822, não há registo da existência de uma sala de concertos pública e independente dos teatros e das assembleias.

Nesse ano, o compositor e pianista Domingos Bomtempo criou um Estabelecimento ou Sociedade Filarmónica, alugando «para esse fim uma casa espaçosa

no Chiado, numa zona bem situada da cidade»⁶⁸, na Rua Nova do Carmo, n.º 5. A sua existência foi algo atribulada, decorrendo em consonância com as alterações políticas dos anos 20. Os concertos foram interrompidos em Junho de 1823 (logo após a Vilafrancada) e retomados em Março de 1824, mas noutra local, no velho Palácio Cadaval, ao Rossio. Prolongaram-se até Março de 1828, data em que Bomtempo – principal músico das comemorações liberais⁶⁹ – se refugiou na embaixada russa.

Conforme se pode ler num requerimento do próprio, dirigido à IGP em 1823, o «Estabelecimento Philarmonico» situava-se em sua casa, e o seu único fim, «licito, e até louvável», consistia «meramente na Reunião da principal Nobreza de ambos sexos, e de pessoas morigeradas, empregadas, e do melhor Character, que concorrem por uma módica assignatura ao prazer da Musica instrumental, e vocal, que o Supplicante, escolhidamente, faz escutar por curiosos, amadores d'esta Divina Arte, e athe por alguns professores della; e de maneira que este louvável, e interessante intertenimento se tem repetido, constantemente, vai por hum anno de quinze, em quinze dias»⁷⁰.

A principal actividade do Estabelecimento eram, efectivamente, os concertos por artistas profissionais e amadores. De periodicidade quinzenal, o primeiro teve lugar em Agosto de 1822, tendo-se realizado um total de 69 concertos durante a curta vida da Sociedade⁷¹. Esta funcionava ao mesmo tempo como escola de música, onde alunos como Joaquim Pedro Quintela (barão de Quintela e futuro conde de Farrobo) fizeram os seus estudos musicais⁷². Era mantida através de subscrições (assinaturas), que importavam em 4\$800 réis por trimestre, pagos adiantadamente, tendo Bomtempo assegurado cerca de 200 assinantes em 1822 e cerca de 300 em 1825⁷³. Os artistas profissionais tinham entrada livre, quer tocassem quer não.

Era verdade o que Bomtempo escrevera no requerimento de 1823 acerca dos frequentadores da Sociedade. Tanto o correspondente da *Allgemeine Musikalische Zeitung* como o Intendente Geral da Polícia e o Marquês de Fronteira confirmam que eram «pessoas da maior Gerarchia, e consideração desta Capital». Ou seja, a Sociedade destinava-se e era frequentada pela aristocracia e pela elite mercantil e burocrática de Lisboa. Nas suas salas «havia belos concertos e numerosa reunião das diferentes classes da boa sociedade da capital», desde os «primeiros e mais circunspectos aristocratas», como os marqueses de Castelo Melhor, Valença, Fronteira, Tancos e Borba ou o conde de Lumiares, até senhoras e senhores das «principais famílias do comércio», advogados, etc.⁷⁴. O modelo de funcionamento da Sociedade era semelhante ao das assembleias dos palácios aristocráticos e das casas burguesas de prestígio⁷⁵. Tal como nas partidas musicais que se realizavam em casa dos marqueses de Castelo Melhor e dos de

Borba, referidas anteriormente, os assistentes não se limitavam a escutar – os mais talentosos participavam na orquestra e cantavam. Também se mantinha a tradição intersexista: a sociedade musical não se destinava apenas a homens, nela participavam em pé de igualdade as senhoras, fossem a condessa de Anadia e a jovem marquesa de Fronteira, ou as senhoras Francisca Martins e Peregrina. Por outro lado, os ensaios e os concertos eram intercalados com serviço de chá e refrescos e, segundo Fronteira, «acabavam sempre em baile que se prolongava pela noite adiante». A existência de jogo é uma hipótese a não excluir até porque, segundo informação do corregedor do Rossio em Outubro de 1826, «dizia-se vagamente que havia degenerado em casa de jogo no qual se perdiam e arriscavam grandes somas»⁷⁶.

Mas o que deve reter a atenção é aquilo que a criação da sociedade musical de Bomtempo – bem como outras iniciativas da mesma natureza – significa: o surgimento da sala pública de concerto como local de sociabilidade cultural e mundana emancipada da tutela curial, aristocrática e doméstica e, simultaneamente, como um dos locais onde se constrói a nova elite socialmente alargada⁷⁷ que ultrapassa o grupo de parentes e amigos próximos.

Este processo de modernização está ainda, contudo, preso às práticas anteriores, marcadas pela personalização das relações entre os músicos e o público: coexistência de amadores e profissionais, realização dos concertos no quadro das relações pessoais (alunos, colegas, família)⁷⁸. A prática da música instrumental e vocal inscreve-se no quadro da sociabilidade régia, aristocrática ou de imitação social burguesa⁷⁹. Os concertos não são ainda acontecimentos culturais, mas momentos e locais de sociabilidade ligados ao divertimento mundano.

Após o terramoto, o primeiro espaço público lisboeta vocacionado para o recreio, a primeira assembleia pública de que há notícia certa, funcionou precisamente em casa de um músico, concretamente do compositor e violinista da Real Câmara Pedro António Avondano⁸⁰. Era provavelmente conhecida como a Casa da Assembleia do Bairro Alto, a cujos assinantes Júlio Severim Pantezze oferecera, em 1761, um livro sobre contradanças⁸¹. No processo de habilitação de Avondano à Ordem de Cristo, em 1767, diz-se que este mora na rua da Cruz, freguesia de S. Catarina, onde «de annos a esta parte» tem «Caza de Baile que administra dos Ingleses». Quanto às testemunhas, uma afirma que o músico dava «baile público aos Estrangeiros e Nacionais», outra «que tem caza de Asemblea para Ingleses e Amburguezes, onde estes vão jogar, e fazer seus bailes»⁸². A Assembleia também se chamava «Caza da Assembleia das Nações Estrangeiras, no fim da rua da cruz onde mora Pedro Antonio Avondano», como

reza a notícia de um concerto público que aí teve lugar no dia 11 de Novembro de 1766⁸³. É provável que tenha tido origem na casa onde, em 1730, os negociantes ingleses, franceses e holandeses davam concertos semanais e bailes de inverno e onde se encontravam para tomar refrescos e jogar; segundo o suíço Saussure, autor da informação⁸⁴, era «o único divertimento público» que então existia em Lisboa.

A história das assembleias estrangeiras de Lisboa é algo confusa, pelo menos a partir de 1771. Nesse ano, o francês Gaubier de Garrault refere-se a «um baile no 'Long Room'», dado no dia 4 de Fevereiro, e a um concerto, seguido de baile, que teve lugar passados três dias na «nova assembleia de baixo», nas quais eram famosos os minuets compostos por Avondano⁸⁵. O inglês Twiss⁸⁶ confirma a existência de duas Assembleias, as quais se teriam reunido numa só, depois de 1775, mas não nos diz onde se localizavam. O testamento de Avondano informa-nos que à data da sua morte, em 1782, o músico vivia na rua da Horta Seca ou na rua do Loreto⁸⁷, pelo que é verosímil que a Assembleia das Nações Estrangeiras tivesse mudado para aí. No ano seguinte, 36 negociantes ingleses passaram uma procuração a três deles para ajustarem um contrato com o marquês de Marialva «a respeito de casas para uma Assembleia Britânica, na Rua das Duas Igrejas», na propriedade que o marquês estava a edificar⁸⁸. A casa disporia de todas as frentes do prédio (rua do Alecrim ou das Duas Igrejas, rua das Flores e rua de S. José, pouco depois desaparecida para dar lugar ao largo Quintela); no seu interior, desenhado por João Diogo Stephens, havia salas para bilhar, para cartas, para tomar chá, para ceia e para baile. Era uma casa construída expressamente para servir de sede à Assembleia-Clube dos negociantes britânicos, pela qual pagariam de renda 600 mil réis anuais⁸⁹. Nos anos seguintes terão, portanto, existido duas assembleias estrangeiras, a Inglesa (conhecida por Casa da Assembleia Nova), na rua do Alecrim, e a das Nações Estrangeiras, dominada pelos Franceses, provavelmente num edifício que ocupava o quarteirão situado entre a travessa dos Gatos, a rua da Horta Seca e a rua do Loreto na mesma casa onde funcionara a segunda assembleia de Avondano⁹⁰. No início da década de 90, devido a conflitos políticos provocados pela Revolução Francesa, muitos dos sócios da Assembleia das Nações Estrangeiras transferiram-se para a Assembleia Inglesa, e aquela ou se dissolveu ou entrou em decadência⁹¹, não sendo conhecidas referências a partir de 1790, exceptuando a menção de concertos dados na Assembleia Nova em benefício das antigas administradoras da Assembleia das Nações Estrangeiras (certamente as filhas de Avondano). No ano de 1818 a Assembleia Inglesa foi reformulada, abrindo em Novembro sob a designação de Assembleia Estrangeira⁹².

Tabela 1.
Assembleias públicas.

<i>Designações</i>	<i>Morada</i>	<i>Data (primeira e últimas referências)</i>	<i>Quotas anuais</i>
Casa de baile dos ingleses Casa de assembleia de in- gleses e hamburgueses (Assembleia do Bairro Alto)	Rua da Cruz, em casa de Pe- dro Avondano (perto rua da Arrochela, freguesia de Santa Catarina)	1761-67	
Assembleia das Nações Estrangeiras	Rua da Horta Seca / rua do Loreto / travessa do Loreto ou dos Gatos, em casa de Pedro Avondano (rua do Loreto, n.º 20)	1775-90	7 moidores
Nova Assembleia de Baixo/ /Assembleia Nova (também conhecida como Assembleia da Nação Britânica / Assem- bleia Inglesa)	A partir de 1785, na rua do Alecrim / rua das Flores	1771-1818	7 moidores 80 cruzados
Assembleia Estrangeira (a continuação da anterior)	Rua do Alecrim / rua das Flores (instalações construí- das para o efeito)	1818-33	
Assembleia Portuguesa	Calçada do Sacramento, antigo palácio Valadares (até 1829) rua da Horta Seca, n.º 16	1819.03- -1829.06 1829.07- -1831.12	48\$000 réis

Estas várias Assembleias, reduzidas a uma no início do século XIX, funcionavam como um clube recreativo sob a administração de negociantes estrangeiros e a eles destinado. Eram, portanto, assembleias de estrangeiros e para estrangeiros. Esta exclusividade, se fosse absoluta, reduziria o seu interesse na perspectiva do estudo sobre os espaços de sociabilidade lisboetas. Todavia, a sua abertura aos «nacionais» tornou-as num dos poucos espaços públicos frequentados não só pela elite mercantil e burocrática lisboeta, mas também pelos Grandes, ocupando desse modo um lugar paralelo ao dos teatros públicos. Já em 1771, no alvará de constituição da Sociedade estabelecida para a subsistência dos Teatros públicos da Corte, «as Assembleias e Bailes das Nações Estrangeiras» tinham o privilégio de dar espectáculos e bailes sem permissão da dita So-

cidade. É certo que a frequência dos portugueses – a julgar pelos testemunhos que chegaram até nós – se limitava aos bailes, de início bianuais, mais tarde semanais. Mas ainda que reduzidas a alguns círculos aristocráticos e mercantis, as idas a este novo espaço público adquirem um significado fundamental enquanto símbolo do alargamento dos espaços de sociabilidade desses grupos. A elite mercantil desempenhou um papel fundamental na criação destes espaços públicos requintados e vocacionados para uma vida mundana temperada por actividades musicais. As principais actividades públicas destas Assembleias eram efectivamente os concertos e os bailes, para os quais a nobreza portuguesa era convidada.

A partir de 1819 a «boa sociedade lisboeta» passou a dispor de um outro espaço do mesmo género, mas dirigido por portugueses: a Assembleia Portuguesa, na calçada do Sacramento, ao largo do Carmo (no antigo palácio Valadares-Torres Novas). Estabelecida à imagem e semelhança da Assembleia Estrangeira e na mesma área da cidade, a sua criação parece ter sido uma resposta ao regulamento da nova Assembleia dos negociantes estrangeiros. É pelo menos o que se infere do parecer do Intendente Geral da Polícia acerca dos estatutos e da oportunidade da criação da Assembleia Portuguesa: «geralmente tem constado, que o conhecimento de que nos Regulamentos d'Assembléa Estrangeira havia hum artigo, que negava a admissão para Assignante a todo o Indivíduo, que não fosse Estrangeiro, ferindo o amor próprio dos Supplicantes» os conduziu «à lembrança do projecto, no qual também hum artigo se lê em o 2.º § do capítulo n.º 1, que exige precisamente para os Assignantes a qualidade de Portuguezes»⁹³. Fossem quais fossem os motivos que levaram à criação da Assembleia Portuguesa, esta apresentou-se como clube de negociantes, uma associação destinada «para a instrucção, e honesto recreio dos individuos que nela concorrem [...] para unir, e civilizar as famílias, offerecer aos Socios meios decentes de distracção, para intretenimento daquelas horas que os mesmos homens laboriosos dedicão ao divertimento, desviando assim o funesto vicio de Jogos prohibidos que tem feito a desgraça de tantas familias, e de outras dicipações ruinozas para a reputação, saude e tranquillidade»⁹⁴. Para a concretização destes objectivos, a Assembleia foi estabelecida numa «caza commoda e decente», arrendada anualmente por 3500 cruzados. Possuía salas de leitura, de jogo, de bilhar e de baile, bem iluminadas e ornadas com os móveis necessários, «nos quais de procurará toda a commodidade e elegancia». Propunha-se estar aberta todos os dias, a partir das 18 horas no Inverno e das 19 horas no Verão, e «se fexará infalivelmente à meia note».

Apresentando-se como alternativa aos cafés e a outros espaços públicos de entrada livre – ainda que paga –, e socialmente «promíscuos», a Assembleia

pretendia ser um clube restrito, exclusivo. O número máximo de sócios (os assinantes) foi fixado em duzentos, podendo ser aumentado para duzentos e cinquenta, pagando cada um uma quota anual de 48\$000 réis. A sua entrada era sujeita à apreciação dos directores, devendo à partida preencher dois requisitos fundamentais: serem portugueses e pertencerem «às classes que gozão de Nobreza»⁹⁵. Restringia-se deste modo o acesso aos estratos superiores do mundo do comércio, da burocracia e da magistratura além, claro, da aristocracia.

No fundamental, a Assembleia Portuguesa era uma réplica das Assembleias Estrangeiras. Ambas constituíam uma associação livre – cujo recrutamento era decidido pelos próprios membros –, que tinha como objectivo uma sociabilidade muito geral, fora da residência familiar. Ambas se destinavam, tal como o *club* inglês e o *cercle* francês, à ocupação dos tempos livres das «classes mais abastadas»⁹⁶. Ambas assentavam numa sociabilidade predominantemente masculina, de boa companhia, apenas quebrada nas ocasiões especiais: os concertos e os bailes⁹⁷. Duas observações, no entanto, se impõem. Por um lado, estas assembleias não adoptam o nome do seu modelo, que é o clube inglês. A explicação reside, em parte, na conotação política que a palavra *clube* adquirira em Portugal, tal como em França, aliás. Ao optarem pela designação de *assembleia*, os sócios afirmam o carácter não político da associação. Por outro lado, a adopção de uma palavra igual à utilizada para designar as reuniões familiares e de amigos revela que estas primeiras assembleias públicas constituem ainda um espaço social e uma prática de sociabilidade intermédia entre o convívio doméstico alargado, sexualmente misto, e o modelo do clube inglês ou do *cercle* francês como refúgio masculino dos constrangimentos da vida familiar.

Ainda que se quisessem manter como meros espaços de distração e divertimento, sobretudo dançante, as assembleias públicas, e em particular a Assembleia Portuguesa, foram afectadas pelo ambiente político após 1820. A Assembleia Portuguesa, do mesmo modo que o Teatro de S. Carlos, tornou-se um espaço político. Não só se comemoravam as grandes datas políticas com bailes e ceias, como a ida do Rei à Assembleia fechava o programa de muitos dos festejos oficiais. A Assembleia passou a funcionar como espaço integrante da vida política e espelho das novas sociabilidades de elite. Logo em 1820, ainda mal se consolidara a recém revolução, houve baile na noite de 12 de outubro em comemoração do aniversário de D. Pedro. Em 1821 a Assembleia Portuguesa acrescentou nos Estatutos que passaria a dar «um baile de aparato» no dia 26 de Janeiro, para comemorar a abertura das Cortes Constituintes. A importância dos bailes da Assembleia levava a imprensa a analisá-los politicamente. Veja-se, entre outros, o comentário publicado pelo *Astro da Lusitânia* ao baile dado pela Assembleia Portuguesa, em 26 de Abril de 1822, para festejar os anos de Carlota

Joaquina: D. João VI, acompanhado de alguns dos filhos, pode «observar bem de perto quais são os sentimentos de um povo que ao ardente amor pela liberdade, sabe unir o não igualado amor pelo seu rei»; a assembleia «ficou sobremaneira cheia de prazer e satisfação pelas graciosas maneiras com que S. Majestade tratou a todos». Tãmanha satisfação terá sido, no dizer do *Astro da Lusitânia*, assombrada «pelo nojoso servilismo» do deputado Pamplona (futuro conde de Suberra), que «não contente de haver beijado a mão, de joelhos, a S. M., esteve ainda na mesma servil posição todo o tempo que S. M. e seus Augustos Filhos estiveram à mesa»⁹⁸. O baile acrescentava às suas funções recreativas e de distinção social uma função política, ao tornar-se um dos palcos onde se confrontavam os modelos de relação entre o rei e os cidadãos.

Nos anos seguintes, a vida da Assembleia continuou a ser pautada pelas vicissitudes da vida política. Após a Vilafrancada, devido à carta de lei de 20 de Junho de 1823 que proibia as sociedades, teve que submeter os seus Estatutos à aprovação régia, donde retirou a referência aos bailes dados em honra das Cortes⁹⁹. Mas os seus sócios, ou a sua direcção, continuavam a estar do lado do campo liberal. É assim que em 1824, na noite em que se celebrou o fracasso do golpe da Abrilada, um oficial reconhecidamente miguelista foi convidado a sair da Assembleia¹⁰⁰ e que, em 1826, passado o período do luto régio, se festejou com um concorridíssimo baile, onde estiveram mais de 400 convidados, a nova época política. Nas épocas de mudança política, geralmente acompanhadas de politização intensa, como sucedeu nos anos aqui estudados, o poder está em jogo em todo o lado, os diversos espaços da vida social politizam-se; um baile da Assembleia, ou um espectáculo teatral, podem adquirir assim a dimensão de actos políticos. A Assembleia Portuguesa ressentiu-se com a nova ordem instaurada em 1828. O número de sócios diminuiu, os bailes tornaram-se menos concorridos e os seus rendimentos «diminuíram consideravelmente». Pediram ao senhorio da casa, o marquês de Torres Novas, que reduzisse o valor da renda; miguelista como era, não cedeu, e a Assembleia mudou-se em Julho de 1829 para a rua da Horta Seca¹⁰¹. No ano seguinte ainda deu os costumados bailes, embora com menos frequência (tal como a Assembleia Estrangeira)¹⁰². Em 1831, a *Gazeta* anunciou a venda, em leilão público, de «toda a mobília da Assembleia Portuguesa, prata, louça, lustres, cortinas, tapetes, etc.»¹⁰³. Quando as tropas liberais entraram em Lisboa, foi na Assembleia Estrangeira que foram comemorar a vitória. Será preciso esperar por 1835 para voltar a surgir uma associação recreativa portuguesa. Chamou-se Clube Lisbonense e abriu as suas portas na antiga sede da Assembleia Portuguesa, ao Carmo. Dois anos depois, foi criado outro clube, a Assembleia Lisbonense, mais conhecida como Assembleia da Horta Seca, por se ter instalado na rua do mesmo nome (onde também estivera

a Assembleia Portuguesa). O Chiado tornara-se verdadeiramente o centro da vida pública literária e mundana e a área de eleição dos melhores clubes de Lisboa, como os directores dos futuros Grémio Literário e Turf Club bem sabiam quando aí se instalaram.

As assembleias públicas constituíram, portanto, um dos novos espaços de sociabilidade mundana surgidos na segunda metade do século XVIII. A sua origem é estrangeira: foram as colónias de negociantes estrangeiros residentes em Lisboa, com destaque para os ingleses, quem iniciou esta nova prática de sociabilidade vocacionada para o recreio, de entrada restrita e paga. Foi necessário esperar mais de meio século para que os negociantes portugueses fundassem uma assembleia do mesmo tipo e mais uma vintena de anos para que as suas reuniões se tornassem uma referência das sociabilidades mundanas lisboetas.

3. *A «boa sociedade».*

«voltámos a Lisboa [...] passando nós a gozar a vida como anteriormente, entre jantares, bailes e teatro».

Memórias do Marquês de Fronteira e Alorna,
partes terceira e quarta, Lisboa, Imprensa Nacional-
Casa da Moeda, p. 163.

O surgimento destes novos espaços públicos de sociabilidade alterou os códigos de circulação social. Embora fomentados pelo grupo dos negociantes, a sua existência, articulada durante muito tempo com a falta da Corte, levou a aristocracia a frequentá-los. Já não basta ser visto nos palácios reais, entre os seus pares, na procissão anual do Corpo de Deus ou nas reuniões em casa do Marquês de Angeja. Tornou-se socialmente necessário circular nos novos locais, embora assegurando uma presença em que a diferença social não fosse suprimida mas, pelo contrário, visível. Os nobres sabiam que a sua concorrência prestigiava o lugar e a prática, conferindo-lhe uma distinção que não possuía. E jogam com isso, transferindo a sua necessidade (social, cultural, simbólica ou mesmo económica) para os outros, ao tornar o brilho de uma sociabilidade inseparável da sua presença. De «intrusos» passam a convidados desejados e podem fingir que escolhem. O tributo da elegância, da distinção, do bom-tom são eles que o conferem. Mas se estes são alguns dos parâmetros que balizam as interações entre a nobreza de corte e as novas sociabilidades de lazer, a prática social conhecia diversos matizes. Três observações se impõem. Em primeiro lugar, nem todos os Grandes terão sido adeptos das novidades: uns, por reacção

de «casta», repudiavam a «democracia», a mistura social que implicava a frequência desses espaços, ainda que restrita à alta aristocracia e às principais famílias do comércio da «boa sociedade da capital»¹⁰⁴; outros recusariam por motivos morais, como a Marquesa de Castelo Melhor, «adversa aos teatros»¹⁰⁵, ou a Condessa de Vila Nova, adversa à realização de assembleias¹⁰⁶; eram os preconceitos da velha aristocracia, das chamadas famílias puritanas. Em segundo lugar, a presença dos Grandes nem sempre seria bem-vinda. O episódio narrado por Francisco José de Almeida a propósito dos convites para um baile da Assembleia Lisbonense é esclarecedor. Ainda que tendo ocorrido em 1837, é verosímil que a opinião expressa por Bessone correspondesse a um sentimento mais geral. O sucedido foi que, estando reunida a assembleia geral para se fazerem os convites, o senhor Bessone se opôs a que a infanta D. Ana fosse convidada, tendo declarado no calor da discussão: «não quero que a minha família venha a estar ao pé de semelhante pessoa e de fidalgos»¹⁰⁷. Por fim, a elegância, o bom-tom já não eram apanágio exclusivo da grande nobreza, conforme se depreende das – neste domínio insuspeitas –, descrições do Marquês de Fronteira. Perante os novos códigos de visibilidade e de circulação era necessário assegurar que as distinções formais de *status* seriam mantidas. Se nos bailes das Assembleia Estrangeira e Portuguesa, ou nos teatros públicos, a aristocracia e a elite dos negociantes partilhavam o mesmo espaço e os mesmos divertimentos, tal não significava que se aceitasse uma atitude neutral face ao estatuto social¹⁰⁸. A nobreza procurou, assim, conciliar o seu desejo de relações sociais mais intensas e divertidas com a manutenção da diferença e de *status*.

Do lado da burguesia, o seu papel na promoção de novas sociabilidades responde a uma dupla necessidade: a da visibilidade e a da aquisição de conhecimentos e de códigos de comportamento não só políticos mas também sociais. As sociabilidades tornam-se, assim e também, uma pré-condição de prestígio. Aprende-se a falar, a dançar, a tocar um instrumento musical, a jogar o vultete não apenas «para ornamentar o corpo e refinar a mente»¹⁰⁹, mas para poder ter entrada em determinados ambientes e para saber estar.

O sucesso das sociabilidades mundanas não é separável do crescente afastamento, ocorrido nas últimas décadas do século XVIII e no primeiro quartel do século seguinte em toda a Europa, entre a cultura popular e a cultura de elite. Peter Burke, que designou o processo de «retirada das classes altas» e o situou entre 1500 e 1800, procurou demonstrar que no início do século XIX «o clero, a nobreza, os mercadores, as profissões liberais – e as mulheres de todos eles – tinham abandonado a cultura das classes mais baixas, dos quais estavam separados – mais do que nunca – por profundas diferenças no que diz respeito à visão que tinham do mundo»¹¹⁰. A nobreza desenvolvera um conjunto diversificado de

comportamentos mais refinados¹¹¹, que a tornava diferente e que foram imitados pelos negociantes, juristas e funcionários. Essa distância manifestou-se também nas festas e nos divertimentos. R. Isherwood, ao estudar os divertimentos populares em Paris no século XVIII (antes da Revolução), defendeu que aquilo que diferenciava as duas culturas não era a existência de diversões para o povo comum opostas às da elite, mas as políticas, os preços, a censura e a localização no espaço urbano¹¹². É na conjugação de todos estes factores que há que estudar o processo de construção da cultura das elites no século XVIII como diferente quer da popular quer da instruída. Nos finais de Setecentos ainda se encontram em Lisboa nobres que continuam a praticar uma sociabilidade não mundana. Beckford descreve com desdém a festa dada em 1787 por «esse simplório do conde de Vila Nova». Os jardins, iluminados com balões coloridos «rotos e desbotados», foram abertos «à gentilha de Lisboa». Num coreto «muito toscos», modistas e costureiras dançaram com «o duque de Cadaval e alguns outros jovens da primeira sociedade, gente que só se sente bem na companhia de pessoas ordinárias»¹¹³. A reprovação de comportamentos pouco elegantes e das companhias populares generaliza-se nessa época. Por exemplo, o Intendente Geral da Polícia, em 1792, informa em tom de censura que os irmãos do duque de Cadaval «estão no mais deplorável abandono [...] vivendo pelas tabernas [...] a jogar com os maltezes e brejeiros», o mesmo sucedendo com o irmão do conde de S. Miguel¹¹⁴. Em 1826, o comendador Manuel José Gregório de Brito Villas Boas era considerado «um homem debochado, sem dignidade, e que costuma comer, e embriagar-se pelas tabernas as mais sórdidas»¹¹⁵. Fronteira considera o conde da Cunha «duma grosseria espantosa e dum mau tom pouco natural, principalmente naquela época, na sociedade em que nascera»; o oposto do marquês de Niza, «não um extravagante do Nicola ou do Marrare, mas um extravagante de boa sociedade»¹¹⁶.

De qualquer modo, a segregação social e o afastamento das elites face às práticas e aos espaços de sociabilidade popular tende a acentuar-se neste período. Os momentos e os locais de vivência e de partilha comum de lazer com os populares foram escasseando; os que se mantiveram ficaram quase definitivamente cristalizados, formalizados e ritualizados (vg. a procissão do Corpo de Deus). A rede das suas relações situava-se ao nível dos espaços privados e de espaços públicos elegantes – a casa, a assembleia, a sociedade musical, o teatro. Não é ainda possível periodizar com segurança a emergência e a primeira fase de difusão desta nova forma de sociabilidade – a sociabilidade mundana. É possível, contudo, e de acordo com o que foi dito, assinalar os principais marcos¹¹⁷. A reconstrução de Lisboa após o terramoto de 1755 e as novas condições da vida política e cultural no duplo quadro do absolutismo e das influências iluministas

foram provavelmente decisivos para o início da transformação. O segundo momento situou-se entre 1807 e 1820, tendo tido uma influência crucial a ida do Rei e da Corte para o Brasil, as invasões e a ocupação francesa, bem como a posterior presença militar inglesa. Por fim, durante o período das revoluções liberais (1820-34), o paralelismo entre o êxito e o relativo insucesso das sociabilidades mundanas e as vicissitudes da vida política torna mais clara a interdependência entre a construção de uma nova cultura urbana e o início da democratização da vida política e social.

Foi portanto nos finais do século XVIII que se deu o nascimento da mundanidade, fenómeno novo que triunfará no século seguinte. Trata-se de uma sociabilidade de diversão elegante, requintada e aprazível praticada por nobres e burgueses, tendo por objectivo essencial o convívio e a distracção – em torno de um gosto comum pelo teatro e pela música, pela dança e pela literatura, pelo jogo – ou muito simplesmente a comemoração do dia de aniversário e a conversa. Os cenários iniciais dessas reuniões regulares e alargadas de familiares e amigos eram as casas particulares, as casas uns dos outros. Depois, o espaço social alarga-se, abre-se a um exterior seleccionado e surge um novo espaço material, de divertimento mundano institucionalizado, lugar de encontro da boa sociedade, das «pessoas do mundo», a Assembleia Pública. A aquisição e a manutenção de prestígio e distinção passam pela frequência das assembleias mundanas (e dos teatros, em particular S. Carlos), nas quais também se construiu a nova elite oitocentista.

- 1 Trata-se da resposta do Abade Correia da Serra, em nome da Academia das Ciências, ao pedido de um artigo sobre Lisboa, feito pelo redactor da *Encyclopédie*, Didier Robert de Vaugondy, publicada por Catherine Petit, «Notice inédite sur Lisbonne en 1781», in *Bulletin des Etudes Portugaises et Brésiliennes*, t. XXXV e XXXVI, Lisboa, Institut Français de Lisbonne, 1974, pp. 93-120.
- 2 Acerca da complexa definição de sociabilidade, das suas formas e do seu lugar entre as relações em público e a «privacy» veja-se o texto de Simmel «Sociologie de la sociabilité» e o comentário de Isaac Joseph, «La Perruque», ambos publicados em *Urbi*, III, 1980, pp. CIX-CXIX. A recusa de um alargamento social «excessivo», a fuga à mistura social, é um dos traços característicos das sociabilidades mundanas. Cfr. M. Agulhon, *Pénitens et Francs-Maçons de l'ancienne Provence. Essai sur la sociabilité méridionale*, Paris, Fayard, 1984, pp. 212-30; P. Borsay, *The English Urban Renaissance. Culture and society in the provincial town, 1660-1770*, Oxford, Clarendon Press, 1991, pp. 284-308 e as sínteses propostas no vol. 3 da *História da Vida Privada. Do Renascimento ao Século das Luzes*, dir. Ph. Ariès, Lisboa, Afrontamento, 1990, em particular os textos de Ph. Ariès, Y. Castan, J. Revel, N. Castan, M. Aymard e D. Fabre.
- 3 A. Daumard, «La vie de salon en France dans la première moitié du XIX^e siècle», in E. François, dir., *Sociabilité et société bourgeoise...*, Paris, Ed. Recherche sur les Civilisations, 1986, p. 82.
- 4 Este artigo constitui uma versão modificada do capítulo «Funções, assembleias, partidas e

- saraus» de Maria Alexandre Lousada, *Espaços de Sociabilidade em Lisboa, Finais do Século XVIII a 1834*, Dissertação de doutoramento em Geografia Humana, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Lisboa, 1995 [em curso de publicação nas Edições Cosmos].
- 5 Tem-se sugerido que as origens do salão se podem encontrar nas reuniões da corte, em que participavam o rei, a família real e os cortesãos, onde se dançava, ouvia música e se jogava, e que eram convocadas com uma certa regularidade pelo monarca.
 - 6 Jürgen Habermas, *Historia y crítica de la opinión pública. La transformación estructural de la vida pública*, 3.ª ed., México, 1986, pp. 71-80.
 - 7 R. Chartier, *Les origines culturelles de la Révolution Française*, Paris, Seuil, 1990, p. 191.
 - 8 Sobre o salão francês, sua genealogia e evolução, vejam-se, entre outros, Chaussinant Nogaret, «Sociabilités urbaines», in G. Duby, dir., *Histoire de la France Urbaine*, vol. 3, Paris, Le Seuil, 1981, pp. 602-9; A. Daumard, «La vie de salon en France dans la première moitié du XIX^e siècle», in E. François, *Sociabilité et société bourgeoise...*, Paris, 1986, pp. 81-94; Anne Martin Fugier, *La vie élégante ou la formation du Tout-Paris, 1815-1848*, Paris, Fayard, 1990 e R. Chartier, *Les origines culturelles...*, Paris, 1990. Acerca da dimensão política dos salões das luzes, cfr. Bernardette Fort, «Voice of the Public: the Carnivalization of Salon Art in Prerevolutionary Pamphlets», in *Eighteenth-Century Studies*, 1989, 22 (3), pp. 368-94.
 - 9 Confrontar, para França, a análise de R. Chartier, *Les origines culturelles...*, pp. 188-98.
 - 10 Cfr. Guy Chaussinant Nogaret, «Sociabilités urbaines», in G. Duby, dir., *Histoire de la France Urbaine*, vol. 3, Paris, Le Seuil, 1981, p. 608.
 - 11 George Rudé, *Hanoverian London, 1714-1808*, Londres, The Chaucer Press, 1971, p. 69.
 - 12 Jürgen Habermas, *Historia y crítica de la opinión pública...*, p. 76. O autor refere-se à prática mecenática da aristocracia cortesã francesa do século XVII, cujos traços fundamentais parecem caracterizar as práticas homólogas da maior parte da nobreza portuguesa de Setecentos. Rodrigues Lapa, no prefácio à edição das *Sátiras* de Tolentino, fala no «grosseiro mecenatismo» do século XVIII, em que «o conde, o marquês, muito duvidosamente cultos» ouviam uma poesia que se tinha tornado «um luxo, uma bagatela aprazível, um afago dos sentidos».
 - 13 *Memórias do Marquês de Fronteira e Alorna, D. José Trazimundo Mascarenhas Barreto, ditadas por ele próprio em 1861* (rev. e coord. E. de Campos de Andrada), Coimbra, Imprensa da Universidade, 1928, parte 1 e 2, p. 178.
 - 14 *Memórias do Marquês de Fronteira...*, vol. I, p. 137. Sobre os salões da Marquesa de Alorna e de Francisca Possolo, bem como sobre os saraus do morgado de Assentiz e do Conde de Sabugal a seguir referidos, consulte-se a minuciosa análise de Maria Lourdes Lima dos Santos, *Intelectuais Portugueses na Primeira Metade de Oitocentos*, Lisboa, Presença, 1988, pp. 281-90.
 - 15 A presença feminina é indispensável no salão, embora não tenha que ser obrigatoriamente, segundo Chartier (1991, p. 189), a figura dominante e organizadora. Veja-se também o texto de D. Goodman, «Enlightenment Salons: the Convergence of Female and Philosophic Ambitions», in *Eighteenth-Century Studies*, 1991, 22 (3), pp. 330-50, sobre o salão como local de «convergência das ambições femininas e filosóficas».
 - 16 Acerca da moda das assembleias, tanto em Lisboa como nas cidades de província, veja-se Maria Antónia Lopes, *Mulheres, Espaço e Sociabilidade. A transformação dos papéis femininos em Portugal à luz de fontes literárias (2.ª metade do século XVIII)*, Lisboa, Livros Horizonte, 1989, pp. 68 segs.
 - 17 José Daniel Rodrigues da Costa, *Petas da Vida ou a Terceira Parte dos Ópios por...*, Lisboa, Of. S. Tadeu Ferreira, 1788, p. 10 e *Hospital do mundo em que he medico o desengano, e enfermeiro o tempo*, Lisboa, Of. S. Tadeu Ferreira, 1805, pp. 24-25.
 - 18 M. V. Carvalho, *Pensar é Morrer ou o Teatro de São Carlos*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1993, pp. 41 segs. Para o urbanismo cfr. J. A. França, *Lisboa Pombalina e o Iluminismo*, Lisboa, Livros Horizonte, 1965, pp. 57 segs.

- 19 Uma das melhores testemunhas destas influências é sem dúvida Manuel de Figueiredo, cujas comédias constituem um minucioso retrato da sociedade portuguesa de então (tal como o seu irmão, Francisco Coelho de Figueiredo, responsável pela publicação da sua obra teatral, e José Daniel Rodrigues da Costa). Veja-se a interpretação de Francisco Coelho de Figueiredo no que toca à adopção de novos padrões de comportamento feminino: «Que desafio, e liberdade não trouxe às nossas mulheres, e má ventura às Freiras, o Terremoto, a guerra de 1762, em 1796 a vinda de Tropas estrangeiras, a invasão de 1807 Francezes, Hespanhoes ou mais rendidos, e namorados, e a frequencia domestica com os Inglezes por 7 annos?». *Theatro* de Manuel de Figueiredo, Lisboa, XIV, p. 372, citado in Maria Antónia Lopes, *Mulheres, Espaço e Sociabilidade...*, p. 69.
- 20 *Recordações de Jacome Ratton... de Maio de 1747 a Setembro de 1810*, Lisboa, 1920 (1.^a ed., Londres, 1813), pp. 274-75.
- 21 Trata-se do testemunho de Gorani, também muito citado. Giuseppe Gorani, *Portugal. A Corte e o País nos anos de 1765 a 1767*, trad., prefácio e notas de Castelo-Branco Chaves, Lisboa, Lisóptima, 1989, p. 136.
- 22 J. B. F. Carrère, *Panorama de Lisboa em 1796*, trad., prefácio e notas de Castelo-Branco Chaves, Lisboa, Biblioteca Nacional, 1989, p. 59.
- 23 Que estiveram em Lisboa nos finais da década de 70 (Costigan) e da década de 80 do mesmo século (Beckford e Bombelles).
- 24 Entre outras, as festas dadas pelo Duque de Lafões, pelos marqueses de Penalva e de Pombal e pelos condes de Pombeiro e de Vimieiro. Marquis de Bombelles, *Journal d'un Ambassadeur de France au Portugal, 1786-1788*, Paris, PUF, 1979, pp. 72-73, 108, 140-42, 243 e 289. Maria Antónia Lopes, com base precisamente em Bombelles, põe em causa a «ideia vulgarmente accete de que a fidalguia portuguesa de setecentos não convivia, não se divertia, não recebia nem sabia receber», in *Mulheres, Espaço e...*, p. 119.
- 25 Edward Baker, «Larra, les jardins publics et la sociabilité bourgeoise», in *Urbi*, 1983, VIII, pp. LXXVIII-LXXXV.
- 26 J. B. Carrère, *Panorama de Lisboa em 1796...*, p. 43.
- 27 Matos Sequeira, *Teatro de Outros Tempos. Elementos para a História do Teatro Português*, Lisboa, 1933, p. 286, segundo o códice 651 da Colecção Pombalina da Biblioteca Nacional, fls. 28. Referido também por Vieira de Carvalho, *Pensar é Morrer...*, p. 43.
- 28 M. Vieira de Carvalho, *Pensar é Morrer...*, pp. 50-60.
- 29 Richard Twiss, *Voyage en Portugal et en Spain fait en 1772 et 1773 par...*, traduit de l'anglais, Berna, chez la société typographique, 1776, p. 3.
- 30 *Memórias do Marquês de Fronteira...*, vol. I, Lisboa, 1926, p. 191.
- 31 Veja-se, entre outras, a descrição de uma assembleia em *Cartas sobre as Modas*, Lisboa, 1789, pp. 107-45.
- 32 Correia Garção, «Assembleia ou Partida. Drama», representada no Teatro da Rua dos Condes em 1770. Correia Garção, *Obras Completas*, vol. II, Lisboa, Sá da Costa, 1982, p. 45 (ed. de António José Saraiva).
- 33 Cfr. Maria Antónia Lopes, *Mulheres, Espaço e Sociabilidade...*
- 34 Sobre a questão da presença das mulheres na rua e nos espaços públicos de sociabilidade, veja-se Maria Alexandre Lousada, *Espaços de Sociabilidade...*, pp. 241-43 e 381-83.
- 35 Maria Lourdes Lima dos Santos, *Intelectuais Portugueses...*, p. 281.
- 36 *Cartas sobre as Modas*, Lisboa, Typ. Rollandiana, 1789.
- 37 Carl Israel Ruders, *Viagem em Portugal (1789-1802)*, Lisboa, Biblioteca Nacional, 1981, p. 58.
- 38 Veja-se a descrição feita por Bombelles de uma assembleia simples em casa dos Marqueses de Penalva (Novembro de 1786). A reunião começou entre as 6 e as 7 horas da tarde. A música, o canto e o jogo são entrecortados por um chá (às 8 horas) e por refrescos (às 9 horas). Por volta das 11 horas

- da noite os convidados retiram-se para suas casas, onde ceiam. Marquis de Bombelles, *Journal...*, Lisboa, 1979, pp. 72-73.
- 39 Cfr. Tinop, *Lisboa de Outrora*, vol. 3. p. 10, *Sketches of Portuguese Life, Manners, Costume and Character*, Londres, 1826, p. 223 e Mário Costa, *Danças e Dançarinos em Lisboa*, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 1962.
- 40 Segundo Bombelles, *Journal...*, p. 252, a quem o referido costume causa alguma estranheza.
- 41 Leia-se a descrição feita por Bombelles, *Journal...*, pp. 140-42 e os ecos que Beckford teve dessa grande festa oferecida ao corpo diplomático, com baile, ceia e fogo de artifício, ecos que o levaram a escrever que «os Portugueses quando a oportunidade se lhes oferece, perdem a cabeça com divertimentos» (*Diário de William Beckford em Portugal e Espanha*, 2.ª ed., Lisboa, Biblioteca Nacional, 1983, p. 84).
- 42 A moda do requinte gastronómico chegara também a Lisboa. «Lembrando-me da magnificência do jantar, devo advertir que adiantando-se, e aperfeiçoando-se a ciência dos cozinheiros, se introduziu o costume de se comporem as mesas com tal ordem, e simetria, que a variedade, delicadeza e perfeição das iguarias não só fosse agradável ao gosto, mas também à vista». *Cartas sobre as Modas*, p. 115. Acerca das transformações do gosto alimentar, do refinamento à mesa e do seu lugar nas relações sociais dos séculos XVII e XVIII em França, cfr. a síntese de Jean-Louis Flandrin, «A distinção pelo gosto», in *História da Vida Privada. Do Renascimento ao...*, vol. 3, pp. 267-309. Para o século XIX consultem-se os trabalhos de Jean-Paul Aron que, no entanto, dizem sobretudo respeito aos restaurantes.
- 43 *Cartas sobre as Modas*, pp. 120-21.
- 44 Veja-se a sátira *A Função* de Nicolau Tolentino. O marquês de Fronteira emprega o mesmo vocábulo para se referir às festas de baptizado e de aniversário ou às grandes festas dadas, por exemplo, pelos embaixadores Stuart e Canning.
- 45 As informações sobre funções populares não religiosas são raras, tanto na literatura da época como nos papéis da polícia. Registem-se duas entre as que se encontraram nesta pesquisa: em Março de 1826, o alcaide do bairro de Alfama encontrou um grupo de carvoeiros a tocar gaita de foles e a bailar, pelas 9 horas da noite, na casa de um deles à calçada dos Barbadinhos (Torre do Tombo (TT), Intendência Geral da Polícia (IGP), Correspondência dos Ministros dos Bairros (CMB), maço 94, docs. 192-198); em Novembro de 1828 a GRP interveio num conflito que se desencadeara entre assistentes e participantes de um «divertimento instrumental de música», um «brinquedo de danças e toques» que decorria numa casa ao Chafariz de Dentro, onde estava muito povo «para o mesmo fim» dentro e fora da dita casa (TT, IGP, CMB, maço 95, docs. 395-406).
- 46 Nicolau Tolentino, *Sátiras*, Lisboa, 1969, p. 17 (ed. Rodrigues Lapa).
- 47 Correia Garção, *Obras Completas*, pp. 50-53.
- 48 Designação dada nas *Cartas sobre as Modas* (p. 74), às assembleias «indignas» e pouco dispendiosas.
- 49 Declarou a dona da casa ao corregedor do Bairro do Rossio, que fazia anos, pelo que convidara algumas pessoas e estas levaram outras. O despacho do IGP dá a entender que se tratava de uma meretriz. TT, IGP, CMB, maço 221, docs. 50-51A.
- 50 *Memórias do Marquês de Fronteira...*, vol. I, p. 182.
- 51 Em 1830 a Viscondessa de V. N. Souto d'El-Rei pede à IGP que afaste uma meretriz, que vive na Rua do Loreto, da companhia do seu filho, Diogo Maria de Almada, o qual «tem ficado algumas noites fora de sua casa». A Polícia foi a casa da dita mulher, onde encontrou efectivamente o jovem aristocrata, que foi recambiado para a família (TT, IGP, CMB, maço 106, docs. 383-384). Em 1832, Francisca Adelaide, actriz do Teatro da Rua dos Condes, foi obrigada a assinar termo em como não voltaria a admitir o Conde de S. Vicente em sua casa (TT, IGP, Correspondência das Autoridades Civas, maço 520, docs. 384-385).
- 52 TT, IGP, CMB, maço 222, docs. 263-262.

- 53 Nuno Madureira (*Inventários. Aspectos do consumo e da vida material em Lisboa nos finais do Antigo Regime*, tese dactilografada, Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 1989, p. 155) afirma que por volta de 1820 aumentaram os consumos em equipamento de casa e em roupa nas classes médias e até pobres. Cfr. do mesmo autor, *Lisboa, Luxo e Distingão, 1750-1830*, Lisboa, Fragmentos, 1990 e *Cidade: Espaço e Quotidano (Lisboa, 1740-1830)*, Lisboa, Livros Horizonte, 1992. Veja-se também as informações recolhidas por Maria Antónia Lopes, *Mulheres, Espaço e Sociabilidade...*, pp. 71-84. Para a nobreza, Nuno Monteiro, *A Casa e o Património dos Grandes (1750-1832)*, dissertação de doutoramento, Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, 1995. Sobre a ligação entre o consumo urbano antes da industrialização e as novas sociabilidades veja-se Peter Borsay, *The English Urban Renaissance. Culture and society in the provincial town, 1660-1770*, Oxford, Clarendon Press, 1991. Um «estado da questão» acerca das teorias sobre a emergência e a difusão do consumo moderno pode ser lido em Nigel Thrift e Paul Glennie, «Historical geographies of urban life and modern consumption», in G. Kearns e Ch. Philo, *Selling Places. The city as cultural capital...*, Oxford, Pergamon Press, 1993, pp. 33-48.
- 54 *Memórias do Marquês de Fronteira...*, vol. I, pp. 156, 190 e 227-28.
- 55 Bombelles, *Journal...*, p. 72.
- 56 A. Balbi, *Essai statistique sur le Royaume de Portugal et d'Algarve*, Paris, 1822, vol. 2, pp. CCXVI-CCXVII.
- 57 O futuro conde de Farrobo, considerado um exímio praticante instrumental e um bom cantor, é um caso sobejamente conhecido devido à sua acção mecenática neste domínio e, em particular, ao seu famoso teatro particular nas Laranjeiras. Mário Moreau, *Cantores de Ópera Portugueses*, vol. I, Lisboa, 1981.
- 58 Manuel Carlos Brito e David Cranmer, *Crónicas da Vida Musical Portuguesa na Primeira Metade do Século XIX* (selecção, tradução e notas), Lisboa, INCM, 1990.
- 59 M. Brito e D. Cranmer, *Crónicas...*, p. 50.
- 60 Veja-se Manuela Hasse, «A educação física no Real Colégio dos Nobres de Lisboa (1761-1837)», in *Ludens*, 1981, vol. 5, n.º 4, pp. 21-28; e Nuno Madureira, *Lisboa, Luxo e Distingão...*, pp. 79-83.
- 61 Todos eles foram discípulos do mestre de dança José Zenoglio, em 1829. TT, IGP, CMB, maço 220, docs. 379-380.
- 62 Maria Alexandre Lousada, *Espaços de Sociabilidade em Lisboa...*, pp. 286-89.
- 63 Correia Garção, «Assembleia ou Partida. Drama», in António José Saraiva, ed., *Obras Completas*, vol. II, Lisboa, Sá da Costa, 2.ª ed., 1982, pp. 45.
- 64 Manuel Carlos de Brito, «Concertos em Lisboa e no Porto nos finais do século XVIII», in *Estudos de História da Música em Portugal*, Lisboa, Estampa, 1989, pp. 167-87. Veja-se também a introdução e as crónicas traduzidas e anotadas pelo mesmo e por David Cranmer, *Crónicas da Vida Musical...*
- 65 TT, IGP, Secretárias, livro 2, fl. 65. Trata-se de um ofício do Intendente para o Governo, com data de 30 de Abril de 1830, também citado in M. Brito, *Estudos...*, p. 174.
- 66 Por exemplo, os projectos de dar concertos regulares ao ar livre, acompanhados de refrescos (à semelhança dos londrinos Vauxhall Gardens), em 1787, na Quinta dos Aciprestes, às Amoreiras (aos sábados e às quartas-feiras) e, em 1793, no Passeio Público. Cfr. M. Brito, *Estudos...*, p. 176.
- 67 No ano seguinte foi a vez de uma outra cantora, Giuseppa Collini, dar concertos semelhantes, mas numa sala do Teatro de S. Carlos. Informações do correspondente em Lisboa da *Allgemeine Muzikalische Zeitung*, inserta na crónica de 26 de Junho de 1816, M. Brito e D. Cranmer, *Crónicas...*, p. 39.
- 68 Informação do correspondente em Lisboa da *Allgemeine Muzikalische Zeitung*, inserta na crónica de Janeiro de 1823, M. Brito e D. Cranmer, *Crónicas...*, p. 56.
- 69 Domingos Bomtempo compôs, entre outras obras, uma missa para a festa do juramento das bases da Constituição. O seu Requiem foi tocado pela primeira vez em Lisboa, e sob a sua direcção, no dia 18 de Outubro de 1821 em memória de Gomes Freire de Andrade.

- 70 TT, Ministério do Reino, Polícia, maço 462, cx. 578, docs. s/n.
- 71 Sobre o Estabelecimento Filarmónico de Bomtempo, veja-se o texto de João Pedro d'Alvarenga, bem como a bibliografia aí citada, in *João Domingos Bomtempo*, Catálogo, Lisboa, IBL, 1993.
- 72 M. Moreau, *Cantores de Ópera...*, p. 248.
- 73 Segundo o correspondente em Lisboa da *Allgemeine Muzikalische Zeitung*, M. Brito e D. Cranmer, *Crónicas...*, pp. 56 e 62.
- 74 *Memórias do Marquês de Fronteira...*, vol. I, p. 230; M. Brito e D. Cranmer, *Crónicas...*, p. 57 e TT, *Ministério do Reino*, maço 462, cx. 578.
- 75 Como por exemplo a casa do negociante Gaspar Pessoa Tavares, onde Bombelles escutou, em 1787, um Sabar Mater de Pergolesi executado com «rara perfeição». *Journal d'un ambassadeur...*, p. 100.
- 76 Bomtempo requerera licença, em Agosto de 1826, para continuar os concertos. O corregedor informa o IGP que «nenhuma razão sobreveio que interrompa a licença ilimitada que Sua Majestade concedeu a João Domingos Bomtempo [...]. Parece que quando se sustente a licença para Muzica, expressamente se lhe deve proibir o jogo». TT, IGP, CMB, maço 218, docs. 146-147.
- 77 Cfr. o estimulante estudo de William Weber, *Music and Middle Class. The social structure of concert life in London, Paris and Vienna*, Londres, Croom Helm, 1975, sobre o mundo musical nessas cidades durante a primeira metade do século XIX. Weber, que considera a música não um reflexo das estruturas sociais, mas um facto social, sustenta que as práticas musicais concorrem de uma maneira activa para a definição dos grupos sociais e das suas relações hierárquicas. Veja-se o artigo de Daniel Milo, «Le musical et le social: variations sur quatre textes de William Weber», in *Annales E.S.C.*, 1987, 1, pp. 27-40, sobre o conjunto da obra de Weber.
- 78 W. Weber, «Mass Culture and Reshaping of European Musical Taste, 1770-1870», in *International Review of the Aesthetics and Sociology of Music*, vol. VIII, 1977, segundo D. Milo, «Le musical...», pp. 30-31.
- 79 Jean Quéniart, «Les formes de sociabilité musicale en France et en Allemagne, 1750-1850», in Étienne François, ed., *Sociabilité et société bourgeoise...*, Paris, Recherche sur les Civilisations, pp. 135-46.
- 80 Segundo Nuno Madureira, *Lisboa, Luxo e Distinção (1750-1830)*, Lisboa, Fragmentos, 1990, p. 76, a partir das informações contidas no testamento de Avondano, no processo de habilitação à Ordem de Cristo e nos livros de décima da freguesia da Encarnação, tratava-se de uma «Casa da Assembleia». Funcionaria desde pelo menos 1765, sendo gerida pelo próprio músico. Para além de ser um local de encontro e de jogo, aí se realizavam também concertos e bailes. Madureira refere ainda que existiria «algo de semelhante a uma relação de mecenato, ou patrocínio por parte dos 'Senhores'» da mesma Assembleia, senhores que não conseguiu identificar, mas que teriam relação provável com os negociantes, dado que entre as dívidas passivas de Avondano se encontravam Anselmo José da Cruz e o irmão de Ignácio de Pedro Quintela. Como veremos, esta Assembleia era uma Assembleia patrocinada pelos negociantes estrangeiros residentes em Lisboa.
- 81 Júlio Severim Pantezze, *Methodo ou Explicação para Aprender a Dançar Contradanças Oferecido aos Dignísimos Assinantes da Casa da Assembleia do Bairro Alto*, Lisboa, 1761, citado por N. Madureira (1990, p. 79). Quando Tinop, *Lisboa de Outrora...*, p. 119 diz que a Assembleia já existia em 1760, estaria provavelmente a basear-se em Pantezze.
- 82 TT, Processos de Habilitação à Ordem de Cristo, letra P, maço 6, n.º 2, processo de 11 de Janciro de 1768.
- 83 *Hebdomadário Lisbonense*, 8 de Novembro de 1766, citado por Tinop, *Lisboa de Outrora*, Lisboa, 1938, p. 119) e transcrito por Manuel Carlos de Brito, *Estudos de História da Música...*, Lisboa, 1989, p. 171.
- 84 César de Saussure, «Cartas escritas de Lisboa no ano de 1730», in Castelo Branco Chaves, ed., *Portugal de D. João V Visto por Três Forasteiros*, Lisboa, 1983, p. 276.

- 85 Júlio Dantas, *Lisboa dos Nossos Avós*, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 1966, p. 269.
- 86 Richard Twiss, *Voyage en Portugal et en Spain fait en 1772 et 1773 par...*, traduit de l'anglais, Berna, chez la société typographique, 1776, p. 3.
- 87 TT, Inventários Orfanológicos, Letra P, maço 19.
- 88 Sobre a Assembleia Inglesa veja-se o artigo de Agostinho Araújo, «A 'Assembleia Britânica' em Lisboa e a sua sede (1771-1819)», in *Lisboa. Revista Municipal*, 2.ª série, n.º 20, 1987, pp. 29-44.
- 89 Em 1803 a renda tinha subido a 904 mil e 800 réis, fixando-se em 1805 em 960 mil réis anuais. Contas-correntes da casa dos marqueses de Marialva, 1803-11, informação cedida por Nuno G. Monteiro.
- 90 Teria uma entrada no n.º 20 da rua direita do Loreto, pois quando a Sociedade Literária Patriótica mudou a sua sede para aí, em 1822, informou que se tratava da «antiga casa da Assembleia». *Jornal da Sociedade Literária Patriótica*, n.º 23, 2 de Julho de 1822, p. 652.
- 91 Cfr. testemunho de J. B. Carrère, *Panorama de Lisboa...*, pp. 44-45. Segundo Tinop, *Lisboa de Outrora*, Lisboa, 1938, pp. 12-122, a Assembleia das Nações Estrangeiras dissolveu-se em 1783. No 2.º andar da casa onde funcionara instalou-se em 1803 a Câmara Eclesiástica.
- 92 TT, IGP, maço 616, doc. s/n.
- 93 Parecer do Intendente João de Matos Vasconcelos Barbosa de Magalhães, datado de 30 de Março de 1819. TT, IGP, maço 616, doc. s/n.
- 94 *Novos Estatutos da Assembleia Portuguesa* (5 de Julho de 1821), Lisboa, 1822.
- 95 Note-se que os comerciantes de grosso trato matriculados gozavam de nobreza, o que não acontecia com os retalhistas.
- 96 Maurice Aymard, «Amizade e convivialidade», in *História da Vida Privada...*, vol. 3, p. 484.
- 97 Embora nos estatutos nunca esteja expressamente referida a exclusão das mulheres, pode-se inferir da leitura cuidada dos diferentes artigos que as mulheres apenas têm acesso à Assembleia nos dias de baile.
- 98 *Astro da Lusitânia*, 29 de Abril de 1822, citado por Manuela Lobo da Costa Simões em nota às *Cartas de Lisboa* de José Pecchio, Lisboa, 1990, p. 47. O episódio vem também referido em Tinop, *Lisboa de Outrora...*, p. 131.
- 99 Confronte-se o texto dos estatutos publicados em 1822, com os que acompanham o requerimento feito em 30 de Julho de 1823 ao Intendente da Polícia. TT, Ministério do Reino, maço 442, cx. 578, doc. s/n.
- 100 Segundo Tinop, *Lisboa de Outrora...*, p. 133.
- 101 Informaram os directores da Assembleia Portuguesa ao Intendente Geral da Polícia, em carta datada de 7 de Julho de 1829, que «tendo havido desde alguns anos muitas despedidas de sócios, fez diminuir consideravelmente os seus rendimentos, e desejando eles continuar e no mesmo Edifício, se fazia necessaria como primeira economia, a diminuição da grande renda que pagavão, o qual solicitarão do Exmo. Senhorio, o que não poderão obter, e por isso serão obrigados a mudar-se para a rua da Horta Seca Caza N. 16». TT, IGP, Papéis diversos, maço 7, doc. 220.
- 102 TT, IGP, Correspondência das Autoridades Civis, maço 510, docs. 549-550.
- 103 *Gazeta de Lisboa*, 15 de Dezembro de 1831.
- 104 O liberal Marquês de Fronteira considerou essas atitudes como típicas do que designa por «velha aristocracia» arraigada aos seus antigos preconceitos. Atente-se como descreve o caso de António Manuel de Meneses, irmão do Marquês de Tancos e posteriormente conde de Ceia: em 1816 ou 1817 (o memorialista não é muito preciso), o futuro conde de Ceia deixa o Brasil rumo a Lisboa «para o seu casamento com a filha do grande capitalista Miranda, que ele conhecera no Maranhão. Tinha licença de Sua Magestade, mas faltava-lhe a licença materna e a dos seus parentes mais chegados. Sua Mãe, a Marquiza de Tancos [...] comquanto fosse uma excelente senhora, tinha todos os prejuizos da velha aristocracia e não admitia que um dos seus filhos casasse com uma

- senhora pertencente a uma família do comércio, embora esta família fosse respeitável e a senhora linda, bem educada e com um milhão de dote. Excomungou o filho, e todos os que tiveram a ousadia de visitar a noiva». *Memórias do Marquês de Fronteira...*, vol. 1, pp. 160-62.
- 105 A Marquesa, tia e tutora do marquês de Fronteira, «era tão adversa aos teatros como o padre Allen», que as idas dos irmãos Mascarenhas ao teatro se tornaram «impossíveis» de forma a «se evitarem cenas desagradáveis». *Memórias do Marquês de Fronteira...*, vol. 1, pp. 125.
- 106 Leia-se a descrição que Bombelles (*Journal...*, pp. 202-3 e 253) fez de uma reunião em casa dos Vila Nova, e das dificuldades que houve em realizá-la, episódio citado por Maria Antónia Lopes, *Mulheres, Espaço...*, pp. 119-20, como sinal das resistências às novas sociabilidades por parte de alguns núcleos nobres, em particular pelas alterações que provocavam no papel social das mulheres.
- 107 Francisco José de Almeida, *Apontamentos da Vida de um Homem Obscuro* (pref., fixação do texto e notas de Fernando António Almeida), Lisboa, A Regra do Jogo, 1985, pp. 290-91.
- 108 A convivência, mesmo que estreita, entre indivíduos de grupos sociais distintos, não significa desvanecimento das fronteiras sociais. Trata-se de uma ilusão que, como G. Simmel (*Sociologie et Épistemologie*, Paris, PUF, 1981, p. 129) assinalou, decorre da confusão da sociabilidade, «jogo no qual se faz de conta que todos são iguais» com os «eventos da vida real». Confronte-se com a análise que Borsay (*The English Urban Renaissance...*, pp. 274-78) fez sobre as contradições e as subtilidades do ambiente informal de Bath durante o século XVIII, no quadro daquilo que define como «o *ethos* gregário e igualitário da nova cultura urbana».
- 109 Peter Borsay, *The English Urban Renaissance...*, p. 278.
- 110 Peter Burke, *La cultura popular en la Europa Moderna*, Madrid, Alianza, 1991, p. 376.
- 111 Norbert Elias integra-os no processo de interiorização de uma nova ética de autocontrolo, nascida no interior da corte régia e em relação com a nova posição social da nobreza. Cfr., entre outros trabalhos de N. Elias, *A Sociedade de Corte*, Lisboa, Estampa, 1987.
- 112 Robert M. Isherwood, *Farce and Fantasy. Popular entertainment in eighteenth-century Paris*, New York-Oxford, Oxford University Press, 1989. As diferenças são particularmente nítidas nos teatros, nos clubes e nos cafés.
- 113 *Diário de William Beckford...*, p. 76. Pelo contrário, considera o 2.º marquês de Pombal um homem de «uma elegância nas suas maneiras nada vulgares em Portugal».
- 114 Sobre os irmãos do duque de Cadaval, TT, IGP, Secretarias, livro 3, fl. 276v.; sobre o irmão do conde de S. Miguel, *ibid.*, livro 4, fls. 243v.-244.
- 115 TT, IGP, CMB, maço 94, doc. 175.
- 116 No quarto do conde da Cunha, escrevia horrorizado Fronteira, reinava «grande confusão, desordem e gritaria, em todo o dia e parte da noite». O marquês critica também a educação dada à filha, a qual, apesar dos esforços da mãe – «senhora muito em educada», delicada e de bom gosto, irmã do conde de Farrobo –, não tinha a menor educação e brincava na cavalariça e na cocheira do palácio com os criados. Já o marquês de Niza, D. Tomás, tinha «excelentes qualidades, talento e graça» e, se era duma «extravagância e doidice que fez época», nunca faltou contudo «aos deveres e conveniências de um cavalheiro». *Memórias do Marquês de Fronteira...*, vol. 1, p. 256 (conde da Cunha) e p. 87 (marquês de Niza).
- 117 O desenvolvimento das ideias aqui expostas acerca da periodização das novas sociabilidades, e não apenas das mundanas, pode ser consultado in Maria Alexandre Lousada, *Espaços de Sociabilidade em Lisboa...*, pp. 394-402.